

“Dilma e o Sexo”¹

Christyanne Rosa CALDAS²

Carla Conceição da Silva PAIVA³

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

Resumo

O presente artigo é uma análise do Artigo Opinitivo “Dilma e o sexo, Será que a presidenta do Brasil precisaria erotizar seu eleitorado? Não estou falando de sexo, muito menos de decotes ou fendas”. O objetivo é investigar de que maneira o jornalista construiu a matéria, que relaciona a ação política e a habilidade do governo brasileiro ao erotismo e à sexualidade, demonstrando um preconceito ao associar o exercício do poder feminino aos modelos tradicionalmente considerados masculinos. O referido texto foi publicado no dia 20 de agosto de 2015, na Revista Época, produzido pelo editor João Luiz Vieira, jornalista há 26 anos, e pós-graduado em Educação Sexual, e trata, especialmente, da sexualidade da presidenta. Devido a sua repercussão negativa, foi retirado do ar no mesmo dia.

Palavras-chave

Jornalismo; Sexualidade; Gênero; e Poder.

Introdução

Observa-se, como já mencionou Leandro Colling (2012) que, notoriamente, a mídia brasileira é “ignorante” ao fazer referência a questões relacionadas as discussões sobre gênero e sexualidade. Esse autor ainda sublinhar diversas ações errôneas, praticadas pela nossa imprensa, sob o “olhar do enquadramento” ou do “agenda setting”, que continua a omitir fatos e repercutir estereótipos arraigados no ambiente social, como uma imagem negativa da mulher na política brasileira, por exemplo. Normalmente, matérias e reportagens com esses conteúdos menosprezam a liderança feminina, anulando toda evolução conquistada através dos grupos feministas.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no

¹ Trabalho apresentado no IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso Comunicação Social- Jornalismo em Múltiplos Meios.-UNEB, email: christyannecaldas@gmail.com

³ Orientadora do trabalho, professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus Juazeiro. email: ccspaiva@gmail.com

exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto (PINTO, 2009).

Desde então, o movimento das mulheres, que foi importante para a democratização do país, engajou-se na luta política ao lado de outros percursos sociais. Ainda segundo Pinto (2009), nessa primeira onda do feminismo no Brasil, vale chamar atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquistas reunidas na “União das Costureiras”, “Chapeleiras” e “Classes Anexas”. Em manifesto de 1917, elas denunciavam como era difícil a situação das mulheres nas fábricas, por exemplo.

Transcorridos mais de trinta anos de luta pela igualdade entre homens e mulheres, um livro marcará as mulheres e será fundamental para o surgimento de uma nova onda do feminismo: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “Não se nasce mulher, se torna mulher”, instituindo assim que o pessoal é político e vice-versa (PINTO, 2009).

Uma das primeiras mulheres a publicar na grande imprensa brasileira, Nísia Floresta, abalou as estruturas da sociedade patriarcal brasileira do século XIX ao defender a valorização das mulheres. No Brasil, esses grupos de conscientização cresceram na década de 1970, por volta de 1975, depois de um seminário que a ONU organizou no Rio de Janeiro, principalmente, nas universidades onde são iniciados os estudos sobre as mulheres por intelectuais.

Na década de 1980, as sociedades modernas e complexas vão trazer para as discussões a participação das mulheres no mercado de trabalho, e com isso surge as primeiras polêmicas em torno da questão da divisão sexual do trabalho. As mulheres saem de seus lares para ocuparem as indústrias, vão trabalhar mais e ganhar menos, tornando-se mão de obra barata, mas, graças as lutas de grupos sociais em prol da igualdade de direitos das mulheres no Brasil, ganha força o movimento feminista e a relevância da participação das mulheres na nossa sociedade, pontapé inicial para as discussões em torno dos problemas de gênero (LOPES, 2003).

Segundo Joan Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primeira de significar as relações de poder. Essa historiadora norte-americana é uma das mais importantes teóricas sobre o uso dessa categoria e pontua várias definições pré-existentes do termo:

Gênero: categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros

masculino, feminino e neutro. (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda). Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1995, p.2)

Contudo, ainda hoje, as pesquisas na área da comunicação envolvendo estudos de gêneros são poucos explorados nas universidades brasileiras. As mulheres são sempre analisadas como objeto, na maioria dessas investigações, que pautam a representação feminina, como a mulher introduzida na propaganda ou abordada pela televisão (ZIRBEL 2007). No jornalismo, a maioria dos trabalhos publicados analisa apenas o conteúdo sobre as mulheres ou investigam a rotinas de produção das jornalistas, concluindo que essas são produtos e produtoras de representação de gênero e sexualidade hegemônicas.

Face ao exposto, este artigo se propõe a investigar de que maneira o jornalismo relacionou a ação política e a habilidade do governo brasileiro ao erotismo e à sexualidade, demonstrando um preconceito enraizado ao associar o exercício do poder feminino aos modelos tradicionalmente considerados masculinos. Para tanto, ressaltando o olhar dos estudos de gêneros e sexualidades, será analisado o artigo opinativo “Dilma e o sexo, Será que a presidenta do Brasil precisaria erotizar seu eleitorado? Não estou falando de sexo, muito menos de decotes ou fendas”.

Sabe-se que o artigo opinativo é um gênero pertencente ao domínio discursivo jornalístico, presente em seções de opinião de revistas e jornais impressos ou virtuais. Segundo Melo (1985), pode-se considerar tanto os textos divulgados na imprensa de uma maneira geral, quanto uma matéria cujo autor desenvolve uma ideia a partir de um ponto de vista, por exemplo. Luiz Beltrão (1980) define que o jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social. Mas, neste trabalho, conforme já mencionado, o foco não serão as teorias do jornalismo e sim os estudos em gêneros e sexualidades que são poucos explorados pela mídia.

Gênero e sexualidade na Revista Época ou por que erotizar a política brasileira?

No artigo em estudo, o jornalista João Luiz Vieira, em um dos seus trechos, afirma: “Dilma se fosse seu amigo lhe diria: erotize-se [...] sexo tem a ver com poder”, relacionando os recentes problemas da crise econômica e política que se alastram no país a falta de erotismo da presidenta. Realmente, conforme salienta Costa (2008), sexo é poder, mas o tipo de poder que o autor da matéria retrata é machista, patriarcal e preconceituoso. Entende-se por patriarcado, toda

(...) organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril) ” [SILVA *apud* COSTA, 2008, p.03].

É o patriarcado que acentua, portanto, a desigualdade entre homens e mulheres que desdobra-se e culmina em diversas formas de violência e preconceitos contra as mulheres. Observa-se, por exemplo, que quanto maior for a posição do cargo ocupado por uma mulher, mais elevada será sua avaliação e poder de crítica. No caso da Presidente Dilma Rousseff, que está na mais elevada colocação política de um país, percebe-se que a imprensa brasileira não se utiliza do mesmo tratamento ético que foi dado aos diversos homens que já ocuparam anteriormente esse espaço e que questões de gênero e sexo passam a ser relevantes na avaliação do seu governo.

O poder é entendido como manifestações de correlação de forças centralizadas no controle, na opressão que sugere um dominador e um dominado, arraigado nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais (SILVA, 2011). Na argumentação central de seu texto, Vieira cita que a presidenta, para fazer o jogo político, precisa erotizar e que não entendeu o principal recado dos manifestantes que foram à rua protestar no domingo, 16 de agosto, eles queriam que ela expressasse uma sexualidade, uma comunicação corporal que criasse empatia. A sexualidade da presidenta é colocada em evidência, Foucault (1978) já dizia que o mundo da sexualidade é um mundo altamente sobrecarregado de interdições, e a sexualidade é a coisa mais proibida que se possa imaginar.

Reduzir a política a personalidades já é uma prática comum na mídia brasileira, mas em si tratando de Dilma seu estado de pertencimento ao “segundo sexo”, há diferentes formas no tratamento, sempre a comparando aos outros estadistas. A política é um jogo masculino e há maioria das estadistas passaram por um processo de “masculinização” (NUNES, 2015). Deixando claro que, apesar da estrutura de poder ter sido elaborada para ser ocupada apenas por homens, as mulheres conquistaram esses espaços, porém trazem um mal-estar para

ideologia do machismo, porque a construção dos papéis sexuais impostos para homens, como machão, viril, poderoso, dominador também está impregnada em nossa sociedade, sendo repassada para as futuras gerações, com naturalidade. Alguns autores declaram que o machismo é considerado algo cultural que só vem repercutindo entre as gerações.

Percebe-se que as representações do poder feminino são, em geral, associadas a uma ótica masculina de exercício de autoridade (FERREIRA, 2009). Segundo Foucault (1999),

(...) o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações (p.89).

Essa visão recorrente da política é responsável por estereotipar as mulheres como não feitas ao poder. Algo habitual de uma mídia que continua a usar o mesmo tipo de retórica, retratando política e mulher da mesma maneira que fazia há mais de 80 anos atrás. Segundo Menezes (2010), a primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil, Alzira Soriano, enfrentou todo tipo de maledicências na campanha: desde ser amante do governador até ser chamada de prostituta. Moça de família, dizia-se naquele tempo, não se metia em política. Isso aconteceu em Lajes, no Rio Grande do Norte, em 1928, mas vê-se, claramente, esse tipo de preconceito ser repercutido nos textos atuais da nossa imprensa como foi o caso do texto analisado.

Em outro trecho do artigo, Vieira questiona: “Será que Dilma devaneia, sente falta de alguém para preencher a solidão que o poder provoca em noites insones?” O jornalista dar destaque também no seu texto a quantidade de maridos que teve a presidenta, sua idade e quantos filhos, questionando porque ela não possui uma expressão feminina. Com isso, quer adequar Dilma a um tipo feminino padronizado, chegando a compará-la a outras celebridades que possuem uma expressividade mais feminina no próprio campo político.

Esse autor não respeita a diversidade de gênero e afirma através do seu texto que toda mulher deve seguir um padrão feminino. Sugere que as mulheres são perfeitas donas de casas, precisam ficar reclusas em seus lares, assistindo filminho e comendo pipoca, nasceram para serem esposas, amantes, mães, avós, companheiras, precisam ter um padrão de beleza a ser cultivado e, infelizmente, sempre será colocada a prova, quando essas ocuparem posições de destaque e

mais ainda crucificadas quando o espaço conquistado, na sua maioria, é frequentado por homens. Reforça assim estereótipos arcaicos enraizados na sociedade brasileira mesmo após anos de luta do movimento feminista e utiliza da sua formação na área de educação sexual como lugar de notoriedade para discutir questões referentes a esse campo.

O fato da presidenta não possui um parceiro fez João Vieira zombar da sua vida particular, sem nenhum constrangimento, como se isso fosse natural, evidenciado no texto a seguir: “Dilma, 67 anos, foi casada duas vezes”. Vieira menospreza a condição de ser mulher separada evidenciando que só deve ter representatividade na vida política social a mulher que tiver um companheiro. Ele ainda sublinha que “Sexistas e misóginos tem produzidos uma série de adesivos que extinguem sua expressão feminina”, enaltecendo a prática dos adesivos machistas que circularam nas ruas com a imagem da presidente de pernas abertas e anulando o alto poder que a presidenta ocupa, ridicularizando a imagem da mulher e tornando a prática da cultura do machismo comum.

Em outro trecho, Vieira ressalta que o Brasil é conhecido mundialmente como um país “tentador” e sensual. Realmente, segundo Carvalho (2016), nos primeiros anos de colonização, o sexo era uma ferramenta de poder importante nesse país. “Os jesuítas até tentaram disciplinar as práticas sexuais, mas em muitos casos se deram por vencidos, e capitularam. Até os mais virtuosos padres não resistiram as tentações destas terras[...] Com tanta lascividade, seríamos o país do sexo? Sim, como todos os outros” (NASCIMENTO, 2013).

No seu texto, Vieira confirma essa afirmação através do trecho: “O Brasil país, mundialmente conhecido pela desmedida importância dada ao erotismo, quer menos preliminares e mais gozo.” Esse autor sublinha o suposto sexo sem limites no Brasil, um país Tropical, do carnaval, da exposição de corpos, de mulatas e prazeres com grande oferta do turismo sexual, almejando que a presidenta como parte pertencente desse universo siga essas características e se enquadre dentro desse padrão brasileiro de mulheres, onde o sexo feminino deve ser tido como frágil, incentiva que as mulheres usem seus corpos como produto expostos à venda, ratificando uma postura que transita pelo campo do erotismo atrelado apenas a heterossexualidade.

Mais adiante, ele anula a feminilidade da presidenta e menospreza seu modo de se vestir: “Dilma quer ser invisível por isso se lacra. Dilma usa um uniforme que nubla sua sexualidade”. Comparando a presidente com outras duas estadistas, afirma que essas duas estão de acordo com o país que administram, já Dilma não consegue nos representar. Essas são as contradições de um país onde a sexualidade é vista como libertária. Vieira ainda tripudia da falta de *sexy*

appeal da presidenta, afirmando que ela se tornou assexuada, tentando estereotipar o papel da mulher na sociedade mais uma vez:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (LOURO, 2003, p.24)

Finalizando seu artigo, Vieira parece continuar ultrapassando os limites do jornalismo opinativo, anulando alguns argumentos e fazendo alusão a um recorte onde exclui a imagem da mulher na política:

Diz-se que as amazonas, filhas de ares, Deus da guerra, cortava um dos seios para manusear o arco e flecha e lutar. Ou seja, o feminino guerreiro precisaria extirpar a própria feminilidade. Não deveria, mas muitas vezes a exclui, e exemplos temos aos montes. Fragilizar-se é compatível com o cargo que essas senhoras almejam? Talvez sim, talvez não.

Parece ser, dessa forma, que se constrói a discussão da mulher no poder, reforçam-se os preconceitos sociais, sublinhando que o lugar de mulher não é na política. Na verdade, expressa-se o machismo enraizado na nossa brasileira, demonstrando que

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2003, p. 41).

As relações de poder que são desenvolvidas na política brasileira reforçam, portanto, uma posição de submissão para as mulheres. É preciso, evidentemente, assim analisar as representações que a sociedade tem da mulher no cenário político, construído a partir do modelo de democracia que vivenciamos para recompor uma nova estrutura do campo político. Observa-se que, embora os estudos feministas e de gênero tenham empreendido novas dinâmicas sobre a participação feminina na política, infelizmente, as mulheres ainda são representadas de forma depreciativa, pejorativa e muitas vezes grosseira, conforme ficou evidente na análise do artigo de Vieira. Esse jornalista induz os leitores a acreditarem que as mulheres que aderem a política precisam estar preparadas para anular sua feminilidade, baseado nos interesses de uma sociedade regida por cultura patriarcal, afirmando que as mulheres são frágeis e isso não combina com o cargo exercido, engrossando o coro social que sugere a seguinte afirmação:

Assim, a mulher veio cumprir seu papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; já nasceu dependente dele, veio da sua costela não como sujeito individual que pudesse ter ideias próprias, decidir, ser autônoma, mas com a doçura e a candura de quem está pronta para servir ao seu senhor (SILVA *apud* LOPES, 2010, p.98).

A fotografia da Presidente Dilma selecionada pela Revista para ilustrar o artigo complementa a visão do texto. A imagem escolhida para o artigo de Vieira apresenta Dilma Rousseff com uma expressão séria, fechada. Um recorte que dissemina a dúvida: trata-se de um rosto de homem ou de uma mulher? Ratifica-se assim o pensamento do jornalista que o campo político não é um campo feminino e esse quando ocupado deve ser masculinizado. Pode-se observar, claramente, na pouca preocupação do tratamento que foi dada a fotografia, com a luz nitidamente sendo percebida no rosto, que não é o “padrão de beleza feminina” requerido pelo jornalista o longo do artigo que querem mostrar, ao contrário, enfatiza-se uma imagem de uma mulher dura, fria, com o olhar longe, perdida no campo e espaço que ocupa.



Considerações Finais

Na análise do texto produzido por João Luiz Vieira, que ressalta sua pós-graduação em educação sexual, percebe-se claramente que, mesmo quando se trata de um conhecedor sobre o assunto, a diversidade de gêneros e sexualidade dificilmente será respeitada, mas deveria. Apesar do espaço público ser uma construção essencialmente masculina, hoje, vive-se uma

outra realidade e a ampliação da participação feminina na política merece ser revista e discutida de uma forma mais qualificada. Parece que o jornalismo brasileiro ainda é muito machista e reforça uma série de estereótipos sobre as mulheres. A imagem da mulher na política quase sempre é distorcida e preconceituosa quando aparece em jornais e revistas. As mulheres ainda são vistas como seres frágeis, que são ótimas para gerenciar um lar, lugar privado, todavia não estar a frente de administrar o poder público.

Como toda evolução e desenvolvimento do movimento feminista, precisamos de uma mídia menos preconceituosa, respeitando as conquistas das mulheres e dando seu devido valor. Os estereótipos impregnados que se referem a mulher na política precisam ser anulados. Muitos avanços através de conquistas dos movimentos feministas modificaram alguns paradigmas, a mulher hoje precisa apenas ser mais respeitada, independente do estado civil, da sua idade, de ser mãe, da sua sexualidade, da sua feminilidade, da classe social, de sua etnia racial. Quem é esse ser mulher? Para onde devem ir, como devem agir, que padrão devem seguir, cabe a cada uma escolher, somos todas livres, e com igualdade de direitos.

Referências bibliográficas

ANJOS, Gabrielle dos. **Gênero: Identidade Sexual e Identidade de Gênero: subversões e permanências. Sociologias.** Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2016.

BERALDO, Beatriz. **O que é feminilidade? Papeis Sociais e o feminismo contemporâneo.** COMUNICON, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_cinco/GT05_BERALDO.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2016.

CARVALHO, Marcus J. M. **Ah, essas ideias francesas.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 8, nº 93, junho de 2013 (p. 29-31)

COLLING, Leandro. **Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?** PELÚCIO, Larissa et al. **Olhares Plurais para o Cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012. p.109. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>> Acesso em: 04 de março de 2016.

DIAZ-BENITEZ, Maria Elvira. **Posições Políticas.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 8, nº 93, junho de 2013, (p.35-37).

FARIA, Sheila de Castro. **Imoral Para Quem?** In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 8, nº 93, junho 2013, (p.26-28).

FERREIRA, Maria M. **Mulher e Poder.** In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/mulher-e-poder-elementos-para-pensar-um-novo-modelo-de-democracia.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Sexualidade e Poder.** In: Michel Foucault. Ditos e Escrito. 1978. Disponível em: <<https://projetophonesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-sexualidade-e-poder.pdf>>. Acesso em: 07 de março de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Ed. Vozes, Petrópolis –RJ, 2003. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2016.

MENEZES, Cynara. **A Primeira Presidente.** Carta Capital, São Paulo, 2010. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/a-primeira-presidente>. Acesso em: 07 de março de 2016.

PELÚCIO, Larissa et al. **Olhares Plurais para o Cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>> Acesso em: 04 de março de 2016.

PINTO, Céli R. J. **Dossiê: Feminismo, História e Poder.** Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** New York, Columbia University Press, 1989. Tradução: 1995. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2016.

SILVA, Carla. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero.** Artigo da dissertação do mestrado: Uma realidade em preto e branco: as mulheres vítimas de violência doméstica. Machismo e patriarcado. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf> Acesso em 25 de maio de 2016.

SILVA, Rosângela da. **Mulher e Poder relações de gênero nas Instituições de defesa e segurança nacional.** Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/SILVAR.pdf>>. Acesso em 07 de março de 2016.

SIQUEIRA, Danieli. **O banheiro.** Revista de Ciências Sociais, n. 40, abril de 2014, p. 357-367. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/13426/11181>>. Acesso em: 04 de março de 2016.

VIEIRA, João Luiz. **Dilma e o Sexo, Será que a presidente do Brasil precisaria erotizar seu eleitorado? Não estou falando de sexo, muito menos de decotes ou fendas.** Revista Época, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://naofo.de/6quf>>. Acesso em 01 de março de 2016.